



Compras BR Portal de Licitações

Ata de Realização da Compra Direta Eletrônica

Dados da Compra Direta			
Nº Processo	Nº Compra Direta	Data/Hora início envio de propostas	Data/Hora de fim do envio de propostas
65/2024	23/2024	19/09/2024 - 08:00	24/09/2024 - 08:59
Órgão			Amparo legal
Prefeitura Municipal de Guairaçá - PR - PMG-PR			Lei 14.133/2021, Art. 75, II
Critério Julgamento		Diferença Mínima entre Lances	
Menor Preço		Valor (R\$) 0,10	
Objeto			
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE RESTAURO COM INSTALAÇÕES DE ENFEITES NATALINOS PARA DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ/PR..			

Sequência: LOTE 001

Descrição: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MATERIAL DE REFORMA E INSTALAÇÃO DOS ENFEITES NOS LOCAIS QUE SERÃO INDICADOS PELA PREFEITURA, EM 1' TRENÔ, '42' ARCOS, '1' BOLA NATAL LUMINOSA GRANDE COM PASSAGEM, '1' CONJUNTO DE NUMERAL SENDO (202), A EMPRESA DEVERÁ FAZER O RESTAURO, BEM COMO RETOQUE NAS PINTURAS DOS ENFEITES, EM ESPECIAL NOS LOCAIS QUE SERÃO SOLDADOS OU ESTIVEREM ENFERRUJADOS, A FIM DE MANTER HARMONIOSO TODA A DECORAÇÃO, DEVENDO AINDA FAZER DESCARTE DO MATERIAL A SER RETIRADO DE FORMA ECOLÓGICA ATENDENDO A REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL. TODO MATERIAL, COMO PINTURA, FIAÇÃO PARA LIGAÇÃO, ABRAÇADEIRAS DE NYLON, FITA ISOLANTE, TRANSPORTE, DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA EMPRESA. AS REFORMAS DOS PRODUTOS DEVERÃO SER NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA, NÃO SENDO PERMITIDO USO DO ESPAÇO PÚBLICO PARA OS TRABALHOS, OU ARMAZENAMENTO. REFORMA, DEVERÃO ESTAR FINALIZADOS ATÉ DIA 25 DE OUTUBRO DE 2024, QUANDO DA ABERTURA DO NATAL NO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ/PR.

Valor Estimado: R\$ 58.000,00

Valor Arrematado: R\$ 56.000,00 (03,44% de economia)

Acompanhamento Compra Direta		
Usuário	Data/Hora	Evento
SISTEMA	17/09/2024 - 16:11:42	Às 16:11:42 do dia 17 do mês setembro do ano de 2024, publicou-se, por meio eletrônico, a Compra Direta de número: 23/2024, aguardando abertura para recebimento de propostas na data de 19/09/2024 às 08:00:00.
SISTEMA	19/09/2024 - 08:00:00	Às 08:00:00 do dia 19 do mês setembro do ano de 2024, iniciou-se o recebimento das propostas por meio eletrônico, para a Compra Direta de número: 23/2024
ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI	23/09/2024 - 10:09:50	Valor da proposta inicial do ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI CPNJ/CPF 36999018000196 é de R\$ 58.000,00
		Fornecedor ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI CPNJ/CPF 36999018000196 enviou os documentos: 8.6.1 DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES UNIFICADA, (ANEXO II) subscrita por seu representante legal, de: Cumprimento dos Requisitos de Habilitação; Que cumpre os requisitos da Constituição Federal.; 8.5.4.2 Deverá apresentar juntamente com o referido contrato, cópia autenticada da licença ambiental em nome da empresa ora contratada.; 8.5.4.1 Caso a proponente não possua a referida licença ambiental, deverá apresentar cópia autenticada de contrato de prestação de serviços com empresa licenciada, devidamente registrado em títulos e documentos, com duração não inferior ao prazo de execução da presente obra.; 8.5.4 Licença de operação perante o órgão competente (IAT- Instituto Água e terra), podendo ser de outro órgão do estado brasileiro, para comprovação de autorização legal para descontaminação e reciclagem de lâmpadas em geral e mangueiras substituídas, dentro do seu prazo de validade; ; 8.5.3 Comprovação de vínculo entre o técnico que executará o serviço e a empresa licitante, a comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como contratante; b) Contrato Social do licitante, em que conste o profissional como sócio; c) Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;; 8.5.2 Certidão Negativa de Débitos, do registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro do seu prazo de validade; ; 8.5.1 Certidão Negativa de Débitos, do registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro do seu prazo de validade, (no registro da empresa devera constar os profissionais indicados);; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja



**Compra Direta
Eletrônica**

Compras BR Portal de Licitações

ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI	23/09/2024 - 10:09:50	menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante - CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
VIA SOM BRASIL LTDA -ME	24/09/2024 - 08:26:02	Valor da proposta inicial do VIA SOM BRASIL LTDA -ME CPNJ/CPF 04473887000196 é de R\$ 57.900,00
		Fornecedor VIA SOM BRASIL LTDA -ME CPNJ/CPF 04473887000196 enviou os documentos: 8.5.2 Certidão Negativa de Débitos, do registro do profissional técnico, cadastrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro do seu prazo de validade; ; 8.5.1 Certidão Negativa de Débitos, do registro do proponente no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – (CREA) ou Conselho Federal dos Técnicos (CFT), dentro do seu prazo de validade, (no registro da empresa devera constar os profissionais indicados);; 8.4.1 Certidão Negativa de Falência, expedida pelo Cartório/Ofício Distribuidor da sede da pessoa jurídica a menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento da proposta, prevista no preâmbulo deste Edital, caso não haja menção quanto ao prazo de validade.; 8.3.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;; 8.3.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;; 8.3.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;; 8.3.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante



Compras BR Portal de Licitações

VIA SOM BRASIL LTDA -ME	24/09/2024 - 08:26:02	- CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;; 8.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;; 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);; 8.1 Habilitação Jurídica: a) Para Empresário Individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; b) Para Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ; c) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971; d) Para Sociedades Cívis: Ato Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício; e) Para Sociedades Comerciais: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado); f) Para Sociedades por Ações: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; 8.1.1 Nas hipóteses das alíneas “e” e “f”, caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação; 8.1.2 Os documentos de habilitação referidos neste subitem deverão explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta contratação, segundo a tabela de classificação do CNAE, a sede do licitante e os responsáveis por sua administração que t
ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI	24/09/2024 - 08:27:38	O valor do lance do ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI CNPJ /CPF 36999018000196 é de R\$ 57.800,00
SISTEMA	24/09/2024 - 08:59:00	Iniciada etapa de Abertura de Lances
ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI	24/09/2024 - 14:58:54	O valor do lance do ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI CNPJ /CPF 36999018000196 é de R\$ 56.000,00
SISTEMA	24/09/2024 - 14:59:01	Iniciada etapa de Análise do Resultado
COMPRADOR	24/09/2024 - 15:27:23	Adjudicado LOTE 001 no valor de R\$ 56.000,00 para o fornecedor ELETROSARDANHA MATERIAIS ELETRICOS EIRELI CNPJ/CPF 36999018000196
SISTEMA	24/09/2024 - 15:27:32	Às 15:27:32 do dia 24 do mês setembro do ano de 2024, a Compra Direta de número: 23/2024, alterou sua situação para encerrada.

Equipe
Agente de Contratação